

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano II - Nº188 - Brasília, quarta-feira, 20 de março de 1996

CPI já tem sete membros, tenta se reunir, mas ainda depende de recurso

Comissão de Justiça deve se manifestar nas próximas horas sobre pedido de nulidade. Senadores indicados podem ter reunião hoje, às 18 horas, para eleger presidente e escolher relator



O requerimento de nulidade da CPI, apresentado por Napoleão (em pé), provocou polêmica no plenário

Com a decisão do PMDB e do PPB de indicar os seus representantes, subiu ontem para sete o número de titulares da CPI dos Bancos. A senadora Júnia Marise, líder do PDT, comunicou ao plenário que os senadores já indicados reúnem-se hoje, às 18 horas, para instalar a CPI, eleger o presidente e o vice-presidente, bem como escolher o relator.

Ontem, no plenário, grande parte da sessão foi dedicada à CPI: o senador Hugo Napoleão, líder do PFL, pediu a sua nulidade, negada pelo presidente do Senado, José Sarney. Insatisfeito, Napoleão e outros senadores que apóiam o governo recorreram da decisão de Sarney, que julgou o recurso procedente e o encaminhou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A decisão da CCJ sai nas próximas horas. **Páginas 4, 5 e 6**

Senado aprova quebra do sigilo bancário

O Senado aprovou ontem, em turno suplementar, a proposta de quebra do sigilo bancário dos membros dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, ministros e autoridades no exercício de cargos públicos.

De autoria do senador

Pedro Simon (PMDB-RS), a proposta foi aprovada na forma de substitutivo apresentado pelo relator, senador Roberto Requião (PMDB-PR), na Comissão de Assuntos Econômicos. O substitutivo estende a quebra do sigilo às "operações e serviços que tenham como sujeitos ativos ou passivos os agentes públicos".

O projeto considera agentes públicos todas as pessoas que



Pedro Simon



Roberto Requião

exercem cargos ou funções pagas pela União, estados, municípios e Distrito Federal, inclusive em empresas incorporadas ao patrimônio público. A matéria vai ao exame da Câmara.

O Plenário aprovou também projeto que altera resolução do Senado de 1993, que autoriza a celebração do acordo entre o Brasil e o Bird, para execução do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais.

A alteração foi defendida pelo senador Coutinho Jorge (PSDB-PA), que ressaltou a necessidade de se alocarem créditos aos órgãos executores do empreendimento, lembrando que a proposta anterior não correspondera, "face às dificuldades operacionais causadas pela centralização orçamentária do programa a partir de 1996".

Foi aprovado ainda requerimento do senador Pedro Simon, solicitando a inclusão na Ordem do Dia de voto de louvor ao jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, que comemora cem anos de fundação, e outro de autoria do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), marcando a realização de sessão em homenagem aos 36 anos de fundação de Brasília e do jornal *Correio Braziliense*.

Aprovado plano que prevê R\$ 900 bi de investimento

Presidida pelo senador Renan Calheiros, a Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem à noite o Plano Plurianual para 1996/1999, que prevê investimentos globais da ordem de R\$ 900 bilhões na economia brasileira durante o período. Para a área social, considerada prioritária, o plano prevê aplicações de R\$ 300 bilhões. **Página 3**



Benedita da Silva

Benedita quer saber quanto custa reforma de funcional

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) pediu informações à diretoria-geral do Senado sobre o valor médio das reformas que vêm sendo realizadas nos apartamentos funcionais destinados aos senadores. Explicou que foi procurada por uma jornalista, interrogando se ela teria "feito exigências acima dos padrões normais" na reforma do apartamento destinado à senadora.

Benedita explicou que o apartamento que lhe foi destinado está em reforma porque apresentava vazamentos e infiltrações. "Não fiz nenhuma exigência", disse.

O senador Odacir Soares, na presidência da Mesa, garantiu que a senadora receberá todas as informações solicitadas.

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem em audiência uma delegação de deputados alemães sob a chefia do vice-presidente do Parlamento Federal da Alemanha, deputado Hans-Ulrich Klose. No encontro, Klose reiterou o convite, já apresentado pelo presidente do Parlamento, para que o

presidente do Senado visite a sede do Legislativo alemão em data próxima. A audiência contou ainda com a participação do presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e do presidente do PFL, senador Hugo Napoleão.

Em outra audiência, o presi-

dente do Senado recebeu a visita do chefe da Representação de Comércio dos Estados Unidos, Michael Kantor, que estava acompanhado do embaixador americano, Melvyn Levitsky. De acordo com Sarney, Kantor demonstrou o interesse de seus representantes no andamento do projeto Sivam.

Sebastião Rocha desmente compra de casa

Uma nota publicada pelo jornal *O Liberal*, de Belém, no último domingo, afirmando que o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) teria comprado uma casa em Salinópolis, por R\$ 350 mil, foi desmentida em plenário pelo próprio senador.



Sebastião Rocha

"Um veículo que chega onde *O Liberal* chegou não pode se dar o luxo de não checar uma informação, para saber se trata-se de notícia ou fofoca", afirmou Sebastião Rocha, que enviou carta ao jornal pedindo retificação da notícia.

Aniversário do Senado tem sessão especial

A Mesa aprovou ontem requerimento do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) solicitando a realização de sessão especial em comemoração aos 170 anos de instalação do Senado Federal. A sessão está marcada para o dia 6 de maio próximo.

Durante a sessão, Alcântara fará pronunciamento enaltecendo a importância do Senado no processo democrático do país.

Agenda do Dia

PRESIDENTE Senador José Sarney

10h - Despachos internos
14h30 - Preside Sessão Deliberativa do Senado

PLENÁRIO Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversos PDLs renovando a concessão para explorar serviço de rádio; ***Mensagem nº 343/95**, submetendo à deliberação do Senado o nome do diplomata Jorge Santarelli Júnior, para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil junto ao Senegal, exercer as funções de embaixador do Brasil junto à Mauritânia e a Gâmbia; ***Mensagem nº 117/96**, submetendo à deliberação do Senado o nome do diplomata Renato Prado Guimarães, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à Austrália, e cumulativamente em Nova Zelândia, Papua-Nova Guiné e Vanuatu.

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: ***Substitutivo da Câmara ao PLS nº 87/92**, que dispõe sobre o reassentamento de habitantes e trabalhadores em imóvel rural; ***PLS nº 24/95**, não-terminativo, que dispõe sobre a proibição de venda de bebidas alcoólicas para menores de 21 anos; votação terminativa dos ***PLC nº 44/93**, que dispõe sobre o estatuto dos mineiros; ***PLS nº 73/95**, que inclui na competência do Tribunal do Júri crimes contra a Administração Pública; ***PLS nº 54/95**, que cria a Ouvidoria-Geral da República; ***PLS nº 277/95**, que autoriza a criação da Comissão Especial de Investigação, no âmbito

da Administração Pública Federal direta e indireta; ***PLS nº 256/95**, que define os crimes contra a livre concorrência; ***PLS nº 105/95**, que autoriza o exame das contas bancárias de servidores públicos e pessoas que contratarem com a Administração Pública, entre outras matérias. Local: Sala 03 - Ala senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Exposição do chefe do Departamento de Fiscalização do Banco Central, Adilson Ferreira, e dos diretores do Banco Nacional, Marcos Magalhães Pinto e Eduardo Magalhães Pinto, acerca dos procedimentos contábeis utilizados pelo Banco Nacional. Local: Sala 19 - Ala senador Alexandre Costa.

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.330/96, que acrescenta parágrafo ao art. 75 da Lei nº 4.728/65.

Pauta: Eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 04 - Ala senador Nilo Coelho.

10h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Discussão e votação do parecer do relator-geral à Proposta Orçamentária para 96. Local: Plenário II, do Anexo II da Câmara dos Deputados.

16h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.331/96, que acrescenta parágrafo 5º ao art. 4º da Lei nº 8.884/94.

Pauta: Eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 04 - Ala senador Nilo Coelho.

17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.344/96, que dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares e dá outras providências.

Pauta: Eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 06 - Ala senador Nilo Coelho.

Comissão de Orçamento aprova Plano Plurianual

Estão previstos investimentos globais de R\$ 900 bilhões na economia brasileira no período 1996/1999

A Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), aprovou ontem à noite o Plano Plurianual (PPA) para 1996/1999, que prevê investimentos globais da ordem de R\$ 900 bilhões na economia brasileira, durante o período. O texto aprovado teve como base substitutivo apresentado pelo relator, deputado Osvaldo



Renan Calheiros

Colelho (PE), após apreciação de 1.535 emendas apresentadas por senadores e deputados federais.

O relator desta comissão três objetivos principais da proposta de Plano Plurianual encaminhada ao Congresso Nacional pelo Poder

Executivo: crescimento com estabilização da economia; equilíbrio das contas externas e maior competitividade internacional; equilíbrio fiscal, com obtenção de déficit operacional nulo.

Para a área social, considerada prioritária, o PPA prevê aplicações de R\$ 300 bilhões, concentrando-se mais da metade desses recursos em benefícios previdenciários (R\$ 185 milhões). O setor de saúde ficará com R\$ 45,6 bilhões (10%) e o de trabalho, com R\$ 28,3 bilhões.

país da proposta de Plano Plurianual encaminhada ao Congresso Nacional pelo Poder



Mauro Miranda

Mauro aplaude oferta maior de energia no DF

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) celebrou o fato de que Brasília e toda a região à sua volta estarão livres de corte de energia elétrica pelos próximos dez anos. Ele elogiou o ministro das Minas e Energia, Raimundo Brito, por essa preocupação e mencionou o fato de que essa região experimenta os maiores índices de crescimento populacional do país, dependendo de novas indústrias para ampliar sua oferta de empregos.

Conforme o senador, esse aumento de energia será possível com uma nova linha de transmissão Itumbiara-Brasília Sul, cujas obras deverão estar concluídas em fevereiro do próximo ano. "É como se construíssemos uma nova pista para aliviar o tráfego de uma estrada inteiramente congestionada", disse o parlamentar. Ele informou que o crescimento do consumo de energia no Distrito Federal foi 12%, no ano passado, contra uma previsão que não passava dos 4%.

Na opinião de Mauro Miranda, a expansão do sistema que serve ao Distrito Federal vai tranquilizar as famílias que residem no cinturão de pobreza da cidade. Ele entende que o aumento da oferta de energia servirá para alavancar a indústria local, beneficiando não só Brasília, mas também Goiás.

Suassuna defende medidas para aumentar exportação

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu ontem novas medidas para tornar o setor exportador rentável, competitivo e eficiente. Entre elas, a redução do "custo Brasil", os investimentos em infraestrutura de transportes, o acesso a financiamentos e a implementação do seguro de crédito a exportações, além da eliminação de tributos sobre produtos exportados e a redução das tarifas aeroportuárias.

Segundo o senador, o Brasil dispõe hoje de condições econômicas, políticas e psicológicas favoráveis para deslanchar um programa de crescimento da presença de nossos produtos no mercado externo. Para isso, precisa implementar uma política de exportações que transforme o setor exportador numa indústria geradora de empregos, riquezas, tecnologia e qualidade, em caráter per-

manente, e não como eventual via alternativa em situação de queda da demanda interna.

Ney Suassuna disse que o Brasil precisa explorar o largo potencial de sua inserção no Mercosul e tirar melhor proveito dos acordos inter-regionais de cooperação econômica e comercial entre os dois blocos. Na opinião do senador, o Brasil tem problemas na área do comércio exterior, tem arestas a aparar com seus parceiros do Mercosul e necessita rever acordos firmados no âmbito dos blocos regionais.

CRESCIMENTO

- Não podemos permanecer inertes diante do desempenho demonstrado pelas exportações brasileiras no âmbito do Mercosul. Também não nos enchem de satisfa-



Ney Suassuna

ção as estatísticas sobre a balança comercial. O crescimento de 6,7% das exportações no primeiro semestre de 1995, em relação ao mesmo período do ano anterior, foi sustentado muito mais pela elevação dos preços internacionais das Commodities - que subiram, em média, 40% - do que pelo aumento do volume de produtos exportados, que foi praticamente nulo, comentou Suassuna.

O senador acrescentou que o Brasil ainda não tirou proveito do processo de abertura comercial.

CRISE DO SISTEMA FINANCEIRO

Comissão de Justiça decidirá sobre CPI

CCJ deverá julgar nas próximas horas recurso apresentado por senadores que apóiam governo. Integrantes já indicados tentam fazer primeira reunião ainda hoje

O presidente do Senado, José Sarney, decidiu encaminhar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania recurso do senador Hugo Napoleão (PFL-PI) que pede nulidade do pedido de criação da CPI destinada a investigar os bancos. Para Napoleão, o requerimento não especifica um fato determinado a ser investigado. Na mesma sessão, Sarney anunciou os nomes a ele já enviados para integrarem a CPI.

A sessão começou com o senador Hugo Napoleão questionando energicamente o requerimento de criação da CPI, com o argumento de que ele afronta a Constituição Federal e o Regimento Interno da Casa. Invo-

Os nomes do PMDB e do PPB

O PMDB indicou os senadores Jáder Barbalho (PA), Gilberto Miranda (AM), Ronaldo Cunha Lima (PB) e Renan Calheiros (AL), e os suplentes Roberto Requião

(PR) e Fernando Bezerra (RN).

O PPB indicou Esperidião Amin (SC) para titular e Epitácio Cafeteira (MA) para suplente

cando juristas como Pontes de Miranda, Alfredo Baracho e Saulo Ramos, o senador sustentou que o requerimento de criação não menciona um fato concreto, preciso e determinado a ser investigado, nem o limite das despesas a serem realizadas no curso dos seus trabalhos.

"Onde está o fato que ocor-

reu no tempo e no espaço? Foi provocado por quem, como, quando? Somente fatos determinados, concretos, individualizados e precisos podem ser objeto de investigação", sustentou Hugo Napoleão. Em sua opinião, o fato marca o limite de atuação da CPI, daí por que o Senado não deve instalar essa

Comissão destinada a investigar o sistema financeiro. Ele entende que, se não houver um fato determinado, há o risco de a CPI resvalar para o arbítrio. Por isso, solicitou o arquivamento do requerimento de criação da Comissão.

O primeiro a contestá-lo foi o senador Jáder Barbalho, líder do PMDB no Senado, com o argumento de que há fatos concretos para investigação e que o requerimento de criação da CPI os menciona claramente. Entre esses fatos estão indícios de fraudes bancárias, de remessa ilegal de moedas para o exterior e empréstimos e balanços fictícios de várias instituições financeiras.

Sarney diz que zela pelo Regimento

Ao responder à questão de ordem de Hugo Napoleão, o presidente do Senado ressaltou que mantinha ali a mesma posição que sempre norteou sua ação à frente da instituição - "ser um zelador permanente do Regimento Interno". Sarney afirmou que a CPI já está criada pelo requerimento lido há duas semanas. Ele explicou que, lido em plenário, depois de receber a assinatura de um terço dos senadores, o requerimento de constituição de uma CPI já está aprovado, esgotando-se aí todas as atribuições da Mesa Diretora. Conforme o presidente do Senado, CPI é um direito das minorias e exige apenas o *quorum* fixado para sua criação. Sarney anunciou então que julgava impropriedade a questão de ordem de Napoleão.

Publicação de nomes também dá polêmica

Na continuidade da sessão de ontem, o senador Hugo Napoleão apresentou requerimento, assinado por ele próprio e pelos líderes Elcio Alvares (PFL-ES), Valmir Campelo (PTB-DF), Sérgio Machado (PSDB-CE) e Romeu Tuma (PSL-SP), recorrendo da decisão de Sarney para o plenário da Casa. O presidente do Senado entendeu pela procedência do recurso e decidiu enviá-lo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a fim de que esta apresente um parecer. Em 48 horas, a CCJ se pronunciará, deliberando sobre a existência ou não de fato determinado para a instalação da CPI. A matéria então voltará ao plenário.

PUBLICAÇÃO

A segunda questão de ordem a movimentar a sessão foi apresentada pelo senador José Ignácio (PSDB-ES), que questionou o fato de os nomes indicados pelos partidos para integrar a CPI não terem sido oficialmente publicados, como exige o Regimento da Casa. Na opinião do parla-

mentar, o fato de a Mesa receber os nomes indicados pelos líderes de bancadas não traduz a designação desses senadores. Sarney explicou que, quando o ofício com os nomes indicados é lido na sessão plenária, a designação é automaticamente feita. A publicação no *Diário do Congresso* ocorre no dia seguinte.

Com as indicações de ontem, sobe para sete o número de titulares da CPI dos Bancos

O senador Elcio Alvares também contestou a decisão de Sarney sobre a oficialização desses nomes, dizendo que não foram cumpridas todas as formalidades exigidas pelas normas da Casa. Diante da sugestão do senador Eduardo Suplicy

(PT-SP), para que a CPI fizesse sua primeira reunião às 18h de ontem, Elcio Alvares se queixou: "Por que esse adocamento? Por que não esperar a decisão da CCJ e do plenário, que é soberano?" Em sua opinião, o alcance dessa CPI não atende aos interesses do país. A senadora Júnia Marise (PDT-MG) comunicou ao plenário que os senadores já indicados reúnem-se hoje, às 18h, para instalar a CPI, eleger o presidente e o vice-presidente e escolher o relator.

Com a indicação de nomes do PMDB e do PPB para a CPI dos bancos, sobe para sete o número de senadores titulares. PFL, PSDB e PTB ainda não indicaram nomes. Antes, o PT já havia indicado para a CPI os nomes de Eduardo Suplicy (titular) e José Eduardo Dutra (suplente). O PDT indicara o senador Sebastião Rocha (AP) para titular. Seu suplente será Antônio Carlos Valadares (SE), do PSB e autor do requerimento de criação da Comissão de Inquérito.

CRISE DO SISTEMA FINANCEIRO

Beni Veras apóia Jereissati e censura CPI dos Bancos



Jáder Barbalho

Para Jáder, comissão é irreversível

Em entrevista concedida logo após anunciar a indicação dos quatro senadores que representarão o PMDB na CPI dos Bancos, o líder do partido, senador Jáder Barbalho, afirmou que "a CPI é irreversível", e qualquer ação política tentando abortá-la significa uma violação dos direitos constitucionais assegurados à minoria.

O senador disse que sua condição de aliado do governo não prevaleceu nesta decisão, porque "acima disso, tenho um compromisso com a Constituição do meu país, que é perene, enquanto os governos são transitórios". Para ele, a criação de CPI é um direito constitucional a partir do momento em que o requerimento de constituição alcança um terço da Casa, e, portanto, inviabilizar a comissão seria um grave precedente de desrespeito à minoria parlamentar.

POSITIVO

O líder refutou o argumento de que os trabalhos da CPI poderiam prejudicar o país, lembrando os exemplos da CPI do PC e da CPI do Orçamento, que, na verdade, tiveram efeito positivo de fortalecimento das instituições. Ele disse também que "só diz que não há fato determinado quem não leu o requerimento", e que "não há consistência jurídica" na tentativa de inviabilizar a comissão nestes termos.

O que está em risco com a criação de uma CPI dos Bancos é a mais exitosa política de estabilização já tentada no país. Na opinião do senador Beni Veras (PSDB-CE), esta foi a preocupação que marcou as declarações do governador Tasso Jereissati, que considerou a CPI motivada por "oportunismo político". O senador fez questão de patentear sua inteira solidariedade ao governador do Ceará.

Beni Veras lembrou que a convocação do CPI do sistema financeiro resultou de um esforço coordenado para dificultar a ação do governo. Este foi tema de matéria publicada na revista *Veja*, "e seu teor não foi publicamente contestado", afirmou.

VEXAME

Ainda segundo o senador, "as pessoas citadas por aquela revista não são ingênuas, e sabem



Beni Veras

o vexame a que estão expondo a nação com uma CPI, com todo o seu caráter sensacionalista". Para Beni Veras, não há dúvida de que há problemas no sistema financeiro, mas uma CPI implica que o "sistema financeiro estará exposto durante um longo tempo aos refletores, com todos os riscos que uma situação deste tipo pode gerar".

O senador fez um amplo apinhado histórico dos problemas decorrentes da renitência infla-

cionária e destacou que a Constituição de 1988 presumiu ter feito "o milagre da geração espontânea da riqueza", desconcentrando receitas e concentrando gastos. Toda essa arquitetura institucional estaria, no entendimento do senador, sendo abalada pela conta de salários do governo, principalmente dos inativos, pelas dívidas estaduais, pela limitada capacidade de aumento da tributação e pela "possível perda de controle sobre o déficit público".

PROER

No quadro inflacionário, afirmou Beni Veras, o sistema financeiro "presidia a um processo criminoso de transferência de renda que o levou a deter 18% do PIB". É hora de reposicioná-lo como sócio da estabilização, e para que não se pagasse o preço pago pela Venezuela e pelo México é que foi criado o Proer, disse ele.

Suplicy questiona empenho em deter investigação

Um governo que atua com transparência deve estar pronto a prestar esclarecimentos à opinião pública sobre seus atos, opinou ontem o senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Segundo ele, houve "uma mobilização extraordinária" dos partidos governistas para impedir a instalação da CPI dos Bancos, que eles pressionaram a cada passo para reverter uma situação inevitável.

Suplicy argumentou que várias outras CPIs já funcionaram no Congresso apenas com parte de seus membros indicados. Assim ocorreu com a CPI do Endividamen-



Eduardo Suplicy

to Externo, em pleno governo Figueiredo, e, mais recentemente, com as CPIs dos Bingos e da Mineração. Quanto à questão de ordem apresentada ontem pelos governistas, baseada na alegação de que não há "fato determinado" que justi-

fique a abertura dos trabalhos, o senador afirmou que "há gravíssimos fatos" que levaram 29 senadores a requererem a CPI.

JAPÃO

O senador também contestou declaração do ministro da Fazenda, Pedro Malan, de que "país nenhum submete seu Banco Central a esse achincalhe". Suplicy lembrou que o próprio presidente pôde observar, na sua última viagem internacional, que o governo japonês está enfrentando forte oposição na Dieta - equivalente ao Congresso brasileiro - à proposta de socorro a instituições financeiras.

CRISE DO SISTEMA FINANCEIRO

CAE debate recuperação do Banespa amanhã com Covas

Irmaãos Magalhães Pinto podem ser ouvidos hoje. Audiência do Diretor de Fiscalização do BC é marcada para o dia 26

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, sob a presidência do senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), definiu que amanhã (quinta-feira) o projeto de recuperação do Banespa será debatido com o governador de São Paulo, Mário Covas. A CAE marcou para a próxima terça-feira (dia 26) a audiência do diretor de Fiscalização do Banco Central, Cláudio Mauch, que deverá ser ouvido sobre a crise provocada pelas fraudes descobertas no Banco Nacional. Foi mantida para hoje a convocação dos irmãos Magalhães Pinto, antigos proprietários do Nacional.

Os debates programados pela CAE terão a participação dos parlamentares que integram a comissão mista encarregada de analisar a medida provisória que criou o Proer. Entendimentos preliminares com a direção



A CAE também aprovou rolagens de dívidas

do Banco Central, conduzidos pelo senador Vilson Kleinübing (PFL-SC), abriram a possibilidade de que junto com Cláudio Mauch compareçam os gerentes dos departamentos de Fiscalização, Adilson Ferreira, e de Organização do Sistema Financeiro, Luiz Carlos Álvares.

ROLAGEM APROVADA

A comissão aprovou também

propostas de rolagem das dívidas mobiliárias do Rio Grande do Sul e da prefeitura do Rio de Janeiro e autorização para que o governo mineiro, através da Cemig, contraia empréstimo de 20 milhões de marcos, para aplicação no programa de energia elétrica do Vale do Jequitinhonha.

Congresso instala mais duas comissões

Foi instalada ontem no fim da tarde a Comissão Mista da Medida Provisória de ampliação dos poderes do Banco Central (MP 1.334, de 12.3.96) que dispõe sobre a responsabilidade solidária e indisponibilidade dos bens de controladores de instituições financeiras. A Comissão elegeu como seu presidente o deputado Gonzaga Mota (CE) e vice-presidente, o deputado Delfim Netto (SP). Como relator foi indicado o senador Vilson Kleinübing (PFL-SC).

No período da manhã, foi também instalada a Comissão Mista destinada a examinar o veto total ao Projeto de Lei da Câmara que regula o exercício da enfermagem profissional.

Júnia diz que correções no Real são imperiosas

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) alertou ontem o governo para o fato de que o crescimento da dívida federal é explosivo e impõe uma correção dos rumos da política econômica.

Na opinião da senadora, um plano que, em 20 meses, resulta num aumento de 106,19% da dívida interna não pode ser considerado acertado. Em julho de 1994, no início do Plano Real, a dívida interna totalizava R\$ 61,7 bilhões e hoje atinge R\$ 127,3 bilhões, números que



Júnia Marise

ela considera exigirem explicação do governo. A diferença no total da dívida, de R\$ 65,5 bilhões, é suficiente para manter em funcionamento, durante dez anos, toda a rede hospitalar pública, comparou.

Segundo Júnia Marise, é nesse crescimento da dívida federal que "estão contidos os efeitos colaterais que o Real produziu na economia: a alta taxa de juros, o ingresso exagerado de capital no país, a falência dos estados e a crise bancária".

Amorim critica má vontade com a reforma agrária

O senador Ernandes Amorim (PMDB-RO) criticou ontem a falta de vontade política do poder público para realizar a reforma agrária no país. Segundo o senador, a reforma agrária tem sido usada apenas como escudo, como propaganda política do governo.



Amorim

Amorim disse que o dinheiro que tem sido aplicado no socorro aos bancos poderia atender aos agricultores que estão abandonando suas terras por falta de condições para trabalhar. Ele pediu o apoio dos senadores e deputados para resolver a questão fundiária do país.

Amorim disse que o dinheiro que tem sido aplicado no socorro aos bancos poderia atender aos agricultores que estão abandonando suas terras por falta de condições para trabalhar. Ele pediu o apoio dos senadores e deputados para resolver a questão fundiária do país.

OMISSÃO

Segundo o senador, desde a edição do Estatuto da Terra, em 1964, o governo tem sido omissos nesta questão, agindo sempre sob pressão dos que precisam da terra e, frequentemente, sucumbindo à pressão dos que são contrários à reforma. Por outro lado, o Estado intervém na propriedade privada de maneira equivocada, não garantindo aos assentados as mínimas condições de trabalho.

- Como entender que o governo federal julga prioritária a reforma agrária, se está destinando, no Orçamento de 1996, apenas 2% do total da receita prevista para este programa, ou seja R\$ 685 milhões? Enquanto isto, o mesmo governo compromete no Orçamento 41% para o pagamento da dívida interna, privilegiando uma minoria com R\$ 125 bilhões - comentou.

Amorim afirmou que se a reforma agrária não está sendo feita, não é por falta de dispositivos legais. Ao contrário, o Poder Legislativo não tem faltado com o seu dever de legislar a respeito deste tema.

Marina lamenta omissão da Justiça

Senadora afirma que rendição negociada dos assassinos de Chico Mendes, que coincide com prescrição de outro crime, representa uma mácula para o país

Gilvam condena veto a salários de policiais



Gilvam

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) contestou o veto presidencial a projeto aprovado pelo Legislativo para reajustar os vencimentos dos

policiais civis dos ex-territórios. Gilvam lembrou que a matéria fora aprovada por unanimidade, na última quinta-feira, na Câmara, e imediatamente vetada.

O senador informou que, ao lado de outros nove parlamentares, esteve com o ministro da Justiça, Nelson Jobim, para um entendimento em torno do assunto. E lastimou que isso tenha sido inútil, "em razão da intransigência do Ministério da Fazenda".

Tuma faz homenagem a Prestes Maia



Romeu Tuma

O senador Romeu Tuma (PSL-SP) homenageou ontem a memória do engenheiro Francisco Prestes Maia, ex-prefeito de São Paulo,

que estaria completando cem anos de nascimento. O senador destacou que Prestes Maia foi um homem público discreto, incansável, competente e honesto. Além disso, foi o responsável pela revolução urbanística que modernizou São Paulo. Em 1945, ao publicar o álbum "Os melhoramentos de São Paulo", Prestes Maia resumiu os seus trabalhos em documento hoje incorporado ao rol dos maiores surtos de progresso e civilização do país, disse Tuma.

Rocha defende piso salarial para médicos

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) dirigiu apelo aos membros da Casa para que se mobilizem no sentido da aprovação rápida do projeto de lei que estabelece piso salarial para as categorias de médico e de cirurgião-dentista. Segundo o senador, o projeto já foi aprovado pela Câmara e encontra-se na Comissão de Assuntos Sociais, aguardando parecer do relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Após referir-se à sua participação na Assembléia da Juventude do PDT, em Cuiabá, Sebastião Rocha manifestou solidariedade ao povo de Mato Grosso diante das

dificuldades financeiras enfrentadas pelo estado.

Sebastião Rocha considerou "simplesmente alarmante" o artigo do jurista Saulo Ramos, publicado na coluna "Tendências e debates" da *Folha de S. Paulo*, dia 6 de março, sob o título "TCU quer concorrência sem concorrentes". O artigo denuncia o "atentado" contra a Companhia Vale do Rio Doce, impedida pelo TCU de participar do leilão de privatização da Rede Ferroviária Federal.

Em apartes, Ademir Andrade (PSB-PA) e Mauro Miranda (PMDB-GO) solidarizam-se com Rocha.

Ademir prega derrubada de vetos presidenciais

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) fez um apelo ontem à presidência da Casa no sentido de convocar o Congresso

Nacional para deliberar sobre a derrubada de vetos do presidente da República a projetos aprovados pelo Legislativo. O apelo do senador foi feito após manifestar-se em defesa do projeto de lei que dispõe sobre a jornada de trabalho dos profissionais de enfermagem.

Ademir Andrade informou ter recebido abaixo-assinado de dezenas de enfermeiros e seus representantes de classe em todo o Brasil, pleiteando a derrubada do veto ao projeto que limita a jornada da categoria a

30 horas de trabalho por semana. Observou que o veto se fundamenta num parecer "equivocado" do Ministério do Trabalho.



Ademir Andrade

O senador defendeu também a derrubada dos vetos aos projetos que tratam da ligação de tropas e da equiparação salarial dos policiais civis dos ex-territórios aos da Polícia Federal.

No exercício da presidência da sessão, o senador Odacir Soares (PFL-RO) esclareceu que a Presidência da Casa marcou sessão do Congresso Nacional para o próximo dia 27 a fim de "apreciar toda uma pauta de vetos presidenciais".

Ao comentar notícia de que os assassinos de Chico Mendes estão negociando sua rendição com as autoridades acreanas, a senadora Marina Silva (PT-AC) registrou que isso representa uma mácula para a Justiça brasileira. "Quicá ela se recupere", desejou.

A negociação, que está sendo desenvolvida pelo advogado de Darly e Darcy Alves, coincide com a prescrição, ainda este ano, de outro crime, cometido em Umuarama, no Paraná. A fuga dos assassinos de Chico Mendes, conforme noticiado, foi para evitar este julgamento, cuja condenação se somaria à que estava sendo cumprida pelo assassinato do líder seringueiro, informou a senadora.

Marina considerou que houve falta de empenho do Ministério da Justiça na captura dos assassinos. Conforme jornais acreanos, eles mantêm conta bancária no Brasil para pagamento do advogado e repartagem de televisão praticamente apontou o local em que os assassinos se escondem na Bolívia.

Várias vezes tentei sensibilizar o ministro da Justiça para uma operação policial conjunta dos dois países, mas nunca obtive qualquer retorno. Não houve interesse em colocá-los na cadeia - concluiu.

A senadora concordou com o apelo do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que apontou para o contraste do comportamento da Justiça: deixou escapar os assassinos de Chico Mendes e, por outro lado, levou à prisão trabalhadores sem terra que lutavam por seus direitos.



Marina Silva

Seminário busca formas de combater a pobreza

Relatório do Banco Mundial mostra que os ricos têm sido os mais beneficiados pelos gastos sociais do governo, afirma Beni Veras, que cobra reformas



Valmir Campelo

Valmir defende recursos para o Distrito Federal

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) criticou ontem a emenda preparada pelo deputado Moreira Franco, relator do projeto de reforma administrativa, que visa impedir os repasses de recursos da União para o Distrito Federal. Pela emenda de Moreira Franco, esses repasses ficariam restritos aos investimentos em segurança pública. Em seu pronunciamento, Valmir Campelo sustentou que Brasília não tem receita suficiente para arcar com as responsabilidades impostas pelo fato de ser capital da República.

Conforme Valmir Campelo, propostas como a de Moreira Franco resultam do desconhecimento sobre os problemas da capital e retratam a falta de sensibilidade com o fato de a cidade ainda não ter adquirido autonomia administrativa. O senador leu editorial do *Jornal de Brasília*, o qual sustentava que o Distrito Federal é quatro vezes menor que Sergipe e não tem uma arrecadação capaz de garantir-lhe autonomia administrativa.

As desigualdades regionais são o retrato da pobreza em massa, e só as reformas constitucionais, como as que já se encontram em tramitação no Congresso Nacional, "poderão corrigir esses absurdos que existem na organização do sistema político e econômico do país", afirmou ontem o senador Beni Veras (PSDB-CE), ao participar da abertura do seminário sobre a pobreza no Brasil.

Promovido pela Consultoria Legislativa do Senado, e realizado na sala 4 da Ala Senador Nilo Coelho, o seminário reuniu técnicos do Banco Mundial (Bird), assessores da Casa e da Câmara dos Deputados e especialistas do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).



Técnicos do Senado, Câmara, Ipea e Bird participaram do seminário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Beni Veras afirmou que "o Brasil é um país que conseguiu o milagre de manter caladas populações gigantescas numa situação de miséria sem que elas reclamem ou

forcem uma estrutura de regime no sentido de mudar". Segundo o senador, "os ricos recebem mais dos gastos sociais do Estado, que contribui para que as pessoas vivam cada vez mais em condições desiguais".

Estado tira dos pobres para dar aos ricos

O relatório do Banco Mundial apresenta dados e análises de "um outro Robin Hood às avessas, que é o setor público", observou Beni Veras, para quem o documento denominado "Brazil - a poverty assessment", além do levantamento da situação de pobreza no Brasil, "fornece graves denúncias acerca da natureza regressiva dos gastos sociais: os ricos são os mais bem afortunados pelo setor público".

Para o senador, os dispêndios públicos na área social são elevados. Em 1990, informou, foram gastos cerca de US\$ 90 bilhões, o equivalente a 20% do PIB, mas "o problema é que se gasta mal". Se-

gundo Beni Veras, na América Latina, o Brasil gasta em termos *per capita* na área social tanto como Argentina, Uruguai, Chile ou Costa Rica. No entanto, "a ineficiência da máquina pública faz com que os nossos indicadores sociais sejam tão baixos quanto os da Bolívia, Honduras e Haiti".

DISCUSSÕES

O senador concluiu sua participação no seminário afirmando que seminários como o realizado ontem ajudam a enriquecer as discussões políticas e aprimorar o processo legislativo.

O representante do Banco Mundial no Brasil, Dennis Mahar, por sua vez, destacou

a importância e a atenção que o Legislativo, por meio de seus técnicos e com o apoio dos próprios parlamentares, dedicou ao relatório da instituição.

Após conduzir a abertura do seminário, o consultor-geral legislativo do Senado, professor Estêvão Martins, também em entrevista, destacou dois pontos do relatório elaborado pelo Banco Mundial: a estrutura de desigualdades sociais, que no Brasil tem-se perpetuado, e a questão do quanto essa situação custa à organização do país, em termos de investimentos públicos e custeio da máquina de atendimento à população.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
 2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
 2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
 4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna
 ■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
 Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
 Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
 ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida
 Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Soraia F. do Carmo ■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal